



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Por determinação de Sua Excelência o
1. Presidente da A.R. a J. Comissão
2. Aos Grupos, Deputados e Deputados Únicos
3. e/ou a DRP

3 de 20

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Presidente da Assembleia da República
Dra. Maria José Ribeiro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA N.º: 4401 ENT.: 6490, 6491 e 6492 PROC. N.º:	DATA 03/12/2020
----------------	--------------------	--	--------------------

ASSUNTO:

- Relatório Intercalar de Monitorização da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030;
- Relatório Intercalar de Monitorização do III Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança 2019-2022;
- Relatório Intercalar de Monitorização do IV Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2018-2021.

Encarrega-me o Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares de junto enviar o Relatório Intercalar de Monitorização da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030, o Relatório Intercalar de Monitorização do III Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança 2019-2022 e o Relatório Intercalar de Monitorização do IV Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2018-2021, solicitando o seu reencaminhamento aos Grupos Parlamentares, aos Senhores Deputados Únicos Representantes de Partidos e às Senhoras Deputadas Não Insritas.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Catarina Gamboa

Catarina Gamboa



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 667295
Classificação 06/02/03/
Data 03/12/2020



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA MINISTRA DE ESTADO
E DA PRESIDÊNCIA

Gabinete do Secretário de Estado
dos Assuntos Parlamentares

Entrada N.º 6492

Data 03/12/2020

Exma. Senhora
Dra. Catarina Gamboa
Chefe do Gabinete do
Secretário de Estado dos Assuntos
Parlamentares
Palácio de São Bento (AR)

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 488/MPCM/2020	03/12/2020

Assunto: Entrega do relatório intercalar de monitorização do IV Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2018-2021

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2018, de 19 de junho, que aprova o IV Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2018-2021, encarrega-me a Senhora Ministra de Estado e da Presidência de enviar a V. Exa. o relatório intercalar de monitorização da execução do referido plano, para efeitos de entrega à Assembleia da República.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Miguel Rodrigues Cabrita



CIG

**COMISSÃO PARA A CIDADANIA
E A IGUALDADE DE GÉNERO**

Presidência do Conselho de Ministros

Relatório Intercalar de Monitorização 2019

**Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao
Tráfico de Seres Humanos (PAPCTSH)**



Índice

Introdução	3
Reforçar o conhecimento, e informar e sensibilizar sobre a temática do TSH	5
Assegurar às vítimas de tráfico um melhor acesso aos seus direitos, bem como consolidar, reforçar e qualificar a intervenção	9
Reforçar a luta contra as redes de crime organizado, nomeadamente desmantelar o modelo de negócio e desmontar a cadeia de tráfico	18
Conclusão	23

IV Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos (PAPCTSH)

Introdução

Em conformidade com o previsto na alínea f) do nº 4 da Resolução do Conselho de Ministros nº n.º 80/2018, de 19 de junho, compete à CIG – Comissão para a Cidadania e a Cidadania e a Igualdade de Género - elaborar anualmente um relatório intercalar sobre a execução das medidas do Plano de Ação, no qual seja feita também a avaliação do cumprimento do plano anual de atividades. É neste contexto que se enquadra o presente Relatório de Monitorização do Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos (PAPCTSH), no que ao ano 2019 diz respeito.

Para a elaboração do presente documento, para além das atividades levadas a cabo pela CIG em 2019, foram tidos em conta os relatórios de implementação dos seguintes Ministérios e entidades:

- Ministério da Administração Interna
- Ministério da Justiça - MJ
- Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Ministério da Saúde

Também por parte da Comissão de acompanhamento da RAPVT foram recebidos contributos de diversas ONG.

Considerando a situação de pandemia global que se vive desde março de 2020, que implicou durante a Primavera uma situação de forte confinamento dos recursos humanos afetos ao setor público e privado, ao qual esta Comissão não foi exceção, a elaboração do presente relatório deparou-se com algumas dificuldade na obtenção de informação sobre alguns indicadores, o que não impediu a sua elaboração mas condicionou o acesso a alguns dados.



COMISSÃO PARA A CIDADANIA
E A IGUALDADE DE GÉNERO
Presidência do Conselho de Ministros

O IV Plano de Ação para a Prevenção e o combate ao tráfico de seres humanos (PAPCTSH 2018 -2021)¹ está estruturado por forma a consolidar o nível de conhecimento sobre esta realidade, promovendo igualmente uma maior e eficaz articulação entre as instituições que atuam a este nível.

No que diz respeito à intervenção junto das vítimas, assume-se igualmente como eixo estruturante neste plano uma melhoria sistemática mais abrangente ao nível do acesso aos seus direitos.

Outra vertente que se revela imprescindível numa abordagem multisectorial e na sua respetiva articulação, é a aposta na qualificação da intervenção, a qual se encontra amplamente contemplada neste Plano.

Importa igualmente referir que, para além de consolidar e aprofundar a intervenção e conhecimento neste domínio, estrutura-se igualmente em novas áreas nos domínios das redes de crime organizado, com uma tónica no desmantelando o modelo de negócio e desmontando a cadeia de tráfico.

O presente Relatório resulta da monitorização da execução das medidas do IV PAPCTSH, procurando avaliar qualitativamente o cumprimento de atividades realizadas no decorrer de 2019.

Importa referir que ao longo de 2019 foi realizada uma reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento.

¹ De ora em diante designado como IV PAPCTSH

1. Reforçar o conhecimento, e informar e sensibilizar sobre a temática do TSH

OE-1.1,1.2

Uma das vertentes mais importantes na intervenção relacionada com o tráfico de seres humanos prende-se com o conhecimento da sua dimensão em Portugal.

No sentido de se promover uma articulação cada vez mais eficaz nesta matéria, importa referir que foram realizados dois encontros do Grupo de Reflexão Alargado sobre "Estatísticas TSH" com representantes da CIG; GNR; PSP; SEF; PJ; APAV/CAP; CPR; Akto / CAP; EME Alentejo; EME Lisboa; EME Norte/CAP; Saúde em Português / CAP.

Relativamente a relatórios estatísticos, importa realçar que foi efetuado, por parte do OTSH, o contributo para o Relatório Anual de Segurança Interna 2018, Capítulo "*Tráfico de Seres Humanos*", assim como foi realizado e disseminado o "*Relatório de 2018 Tráfico de Seres Humanos*". Este Relatório foi traduzido e disseminado, nomeadamente junto do Grupo de Relatores Nacionais e Mecanismos Equivalentes do Gabinete da Coordenadora Europeia Anti Tráfico de Pessoas.

Foi igualmente realizado, traduzido e disseminado um Infográfico Estatístico Anual sobre TSH e respetiva tradução para inglês.

No que concerne a relatórios intercalares, foram efetuados ao longo do ano de 2019, três relatórios, compreendendo os seguintes períodos: janeiro-março; abril-junho; julho-setembro.

A análise plurianual em termos estatísticos revela-se igualmente como uma ferramenta importante quando se aborda o conhecimento sobre o tráfico de seres humanos. Nesse sentido, importa referir que foi elaborado um Boletim Estatístico "*Tráfico de Seres Humanos: Atualização das vítimas confirmadas 2008-2018*".

A análise dos indicadores numa perspetiva de género assume-se igualmente como um olhar diferenciador sobre estas dinâmicas. Iniciado em 2019, o Boletim temático "*A Dimensão de Género no TSH*" – foi finalizado em fevereiro 2020.

Por fim, ainda nesta vertente relacionada com estatísticas, o OTSH em cooperação com a Direção-Geral da Política de Justiça/Ministério da Justiça, elaborou e disseminou o Boletim "*Tráfico de Pessoas: 10 anos de Estatísticas da Justiça 2008-2018*".

No que diz respeito à Direção Geral da Política de Justiça (DGPJ), sinaliza-se que, em 2019, à semelhança dos anos anteriores, procedeu-se à recolha e tratamento de dados relativos ao crime de tráfico de pessoas, nomeadamente nas seguintes dimensões:

- Crimes registados pelas autoridades policiais;
- Agentes/suspeitos identificados por crime;
- Lesados/ofendidos identificados em crimes registados;
- Processos crime em fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.^a instância;
- Arguidos em processos-crime nos tribunais judiciais de 1.^a instância;
- Condenados em processos-crime nos tribunais judiciais de 1.^a instância.

Relacionado com o objetivo Estratégico e tendo como público-alvo o meio estudantil, mas não sendo a medida plasmada da responsabilidade do OTSH, importa referir que a convite do Centro de Estudos de Sociologia | ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, o OTSH aderiu, como revisor técnico, à Iniciativa "*Education for Justice (E4J)*" da UNODC, mais concretamente do Módulo 7 "*Prevention of Trafficking in Persons*". Esta medida estará concluída em 2020 (publicação).

A partilha de conhecimentos revela-se como uma área sempre importante, sendo que o IV PAPCTSH contempla a realização de vários encontros desta natureza. Assim, por ocasião do dia Europeu de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, foi realizada a



COMISSÃO PARA A CIDADANIA
E A IGUALDADE DE GÉNERO
Presidência do Conselho de Ministros

Conferência Internacional organizada pelo SEF/Europol intitulada "*Trafficking of non-EU Children – Ensure the Best Interest of the Child: Learn to Act*", a qual contou com a participação de oradores internacionais e nacionais.

Foi lançada simultaneamente uma campanha de combate ao tráfico de seres, cujo principal objetivo passou por alertar as potenciais vítimas para os principais canais onde podem encontrar ajuda, proteção e informação. Nesse sentido foi executado um plano de divulgação do conteúdo da mesma através das redes sociais, televisões, rádios e imprensa escrita.

Decorreu em Matosinhos, durante o mês de junho, o Encontro "*As Práticas de Acolhimento às vítimas de TSH em Portugal*", no qual os diversos CAP's partilharam as suas experiências na vertente do acolhimento.

Foi igualmente assinado nesse Encontro a Carta de Compromisso para nova Estrutura de Acolhimento para Homens e Filhos/as menores vítimas de tráfico de Seres Humanos (TSH)- CAP Alentejo) e feita a entrega das chaves do apartamento de acolhimento e autonomização a vítimas de tráfico de seres humanos, por parte da Câmara Municipal de Matosinhos à Associação para o Planeamento da Família (APF).

A PJ e o SEF participaram em inúmeros eventos (sensibilizações e palestras) relacionados com a temática do TSH.

O trabalho das ONG no terreno assume-se como estruturante, uma vez que a sua intervenção ao nível regional permite uma intervenção eficaz no domínio da sensibilização.

Assim, e no que diz respeito à Equipas Multidisciplinares Especializadas (EME's), foram realizadas 85 ações de sensibilização dirigidas a alunos a partir do 3º ciclo, ensino profissional e universitário.

Por parte da ONG AKTO foi realizada a Campanha "*Há Vidas à Venda*", durante a Black Friday. Esta campanha incluiu a concepção e divulgação do site www.vidasavenda.pt.



COMISSÃO PARA A CIDADANIA
E A IGUALDADE DE GÉNERO
Presidência do Conselho de Ministros

Foi igualmente dinamizada uma sessão de sensibilização "*O tráfico de seres humanos: intervenção e prevenção*", no Instituto Politécnico de Bragança - dirigido a estudantes do ensino superior;

Foram desenvolvidas igualmente três ações de sensibilização sobre TSH, na Escola EB 2,3 da Bobadela - dirigidas a alunos/as.

A ONG OIKOS, no âmbito do Projeto "*Ativa-te contra o TSH*" (POISE 3.16), promoveu a apresentação do projecto/temática assim como o estabelecimento de parcerias para implementação de atividades do projeto nas escolas do distrito de Braga, abrangendo 46 agentes educativos. Foi igualmente realizada uma sessão de informação e sensibilização dirigida a 36 alunos do ensino secundário do distrito de Braga.

Relativamente à ONG Saúde em Português, e decorrente do seu projeto "*Mercadoria Humana 3*" (3,17 POISE) foram realizadas, para além de 2 ações de sensibilização na Região Centro, 8 ações de sensibilização para estudantes do ensino secundário e profissional de escolas Região Centro e 5 ações de sensibilização para Estudantes do Ensino superior.

Com este projeto foi lançada a campanha *#despertarconsciencias*, a qual decorreu nas redes sociais. Foi igualmente realizado um périplo por 4 municípios da Região Centro para apresentação da Exposição de Fotografia e Artes Plásticas Mercadoria Humana.

No âmbito dos 30 indicadores do objetivo estratégico 1 com metas para 2019, foram executados 10 dos indicadores e 2 não tiveram execução. Os restantes indicadores ou estão em desenvolvimento ou não existem dados.

2. Assegurar às vítimas de tráfico um melhor acesso aos seus direitos, bem como consolidar, reforçar e qualificar a intervenção

OE-2.1,2.2,2.3,2.4

Uma das áreas que sempre se assume como nuclear na implementação de medidas relacionadas com o tráfico de seres humanos está relacionada com o apoio às vítimas e a respetiva qualificação dos agentes estratégicos que atuam neste domínio.

No que diz respeito a acolhimentos efetuados nos CAP (Centros de Acolhimento e Proteção), em 2019 foram realizados um total de 58 novos Acolhimentos.

Houve 171 vítimas apoiadas/assistidas pelas equipas multidisciplinares especializadas que não foram acolhidas em centro de acolhimento e proteção.

No que diz respeito à elaboração de materiais informativos e de literacia de direitos para as vítimas de TSH em várias línguas, o OTSH, em colaboração com o Movimento Democrático de Mulheres, participou na criação de uma Aplicação gratuita para telemóvel (*smartphones* e *iphones*) com vista à prevenção, combate e proteção das vítimas de TSH.

A aplicação, cuja versão beta já está concluída, aborda várias dimensões, nomeadamente:

- **Informação:** O que é o tráfico de seres humanos, definição, tipos de exploração, factos sobre o Tráfico, entre outros;
- **Atuar:** Importância da sinalização, reconhecer os indicadores, o Sistema de Referência Nacional, o sistema de Monitorização Nacional, sistematização e difusão do Cartão de Sinalização, e instrumentos fundamentais para a intervenção no terreno;
- **Direitos das Vítimas:** sistematização dos direitos, expressos de forma simples e direcionada para a compreensão;
- **Apoio e Assistência:** informação e contactos das estruturas nacionais;
- **Apelo à Denúncia:** estimulando a denúncia de possíveis casos, com contactos e formas de o fazer, nomeadamente via o Sistema de Queixa Eletrónica do Ministério da Administração Interna.

Para além de ser dirigido a vários públicos, nomeadamente profissionais de 1ª Linha, tem também como público-alvo central a comunidade estudantil. Prevê-se a disponibilização de documentos de referência para consulta *online*, transferência e impressão, e ainda a sua tradução em 5 idiomas: Português, Castelhana, Francês, Inglês e Russo, estando em estudo a possibilidade de alargar para o Nepalês.

Em relação ao processo de sinalização à OIM e às EME, e tendo em vista retornos assistidos eficazes, adequados, atempados e ajustados às necessidades das vítimas, por parte da APF foi realizado um retorno assistido em articulação com a OIM.

O apoio financeiro às estruturas que intervêm no tráfico de seres humanos tem sido uma das áreas com particular destaque. Assim, ao longo de 2019 foram canalizadas verbas no total de cerca de 2.300.000,00 € para as EME's e CAP's. Desse valor, cerca de 1.500.000 € são destinados para o financiamento dessas estruturas até 2022.

Com o objetivo de promover as condições para a implementação de EME's em todo o território nacional (uma vez que presentemente as EME's abrangem exclusivamente Portugal continental), foram dinamizadas por parte da Associação para o Planeamento da Família, 14 ações de sensibilização dirigidas à população em geral na Região Autónoma da Madeira. Promoveu-se igualmente uma campanha de sensibilização na Universidade da Madeira, tendo sido realizada no Funchal uma ação de sensibilização destinada a profissionais da área social e comunitária. Ainda nesta vertente, o OTSH realizou em dezembro de 2019 uma reunião na Região Autónoma da Madeira.

Relativamente ao serviço de tradução do ACM mobilizado para a RAPVT e as EME em situação de assistência a vítimas estrangeiras, o mesmo foi ativado por quatro vezes.

Uma das áreas mais estruturantes neste Plano está relacionada com a intervenção relativamente a menores. Assim, e no que se refere a ações de formação para agentes de primeira linha de intervenção sobre indicadores de TSH, em especial de menores explorados/as para fins de mendicidade forçada, pequenos furtos, exploração sexual, as Equipas Multidisciplinares Especializadas (EME's) efetuaram 22 ações.

No que diz respeito à formação para pontos de contacto nas embaixadas ou postos consulares, o respetivo curso encontra-se finalizado, mas ainda não foi disseminado.

O mesmo vai ser lançado em 2020 (com acompanhamento do SEF) para ser frequentado por todos os Postos e Sede.

Ainda no âmbito deste público estratégico, importa referir que foi realizada pela CIG uma formação de preparação para integração de funcionários/as em posto diplomático (27 adidos de embaixada, tendo sido adicionalmente frequentado por 9 funcionários da Sede (1 diretor de serviços e 8 técnicos superiores).

A CIG desenvolveu uma ação de formação relacionada com o tráfico de seres humanos no âmbito do Programa Escolhas –CNAIM.

No que diz respeito à construção de Planos Municipais, a CIG dinamizou 3 sessões entre os diversos municípios nos quais a temática do tráfico de seres humanos foi abordada. Estas ações pretenderam reforçar o papel dos municípios na prevenção e combate ao TSH. Acresce que foi igualmente abordada a temática do TSH numa formação de formadores que ocorreu nos Açores.

A capacitação de profissionais para a intervenção em TSH, prevê a formação contínua e uniforme de todas as forças e serviços de segurança em matéria de prevenção, investigação e metodologias de tratamento de vítimas de tráfico de pessoas.

No que ao SEF concerne, continua a manter-se a formação específica dos/as inspetores/as responsáveis pelo controlo fronteiriço em sede de indicadores de TSH, alargando-se agora a mesma aos elementos que integrem os Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) sobre deteção e encaminhamento de vítimas de TSH.

O SEF tem nos seus currículos formativos – formação inicial de Inspetores/as e formação contínua - um módulo exclusivamente dedicado ao TSH, continuado a ministrar periodicamente a formação aos/às Inspetores/as de fronteira;

Relativamente à formação contínua de inspetores/as de fronteira, no decurso de 2019 foi ministrada 1 ação de formação - tendo por base o manual da Frontex sobre



COMISSÃO PARA A CIDADANIA
E A IGUALDADE DE GÉNERO
Presidência do Conselho de Ministros

Indicadores para o combate ao Tráfico de Seres Humanos, "*Anti-trafficking training for border guards*". Esta formação teve a duração de 16 horas e contou com a participação de 10 elementos do SEF.

A UATP colaborou também no estágio probatório que os Inspetores/as do VIII e IX Cursos efectuaram na DCINV e que decorreu de outubro a dezembro de 2019.

Por parte da CIG foram realizadas duas acções de formação na Escola Prática de Polícia em Torres Novas dirigidas a futuros/as Chefes da PSP. Estas acções envolveram cerca de 200 formandos/as.

No que diz respeito à PJ, foi dinamizada uma acção de formação de 4 horas sobre "*Tráfico de Pessoas, o fenómeno, a prevenção e a investigação*", ministrado na EPJ para 50 novos formandos/as candidatos/as a Inspetores/as;

Foram desenvolvidas 3 acções de formação sobre TSH a futuros/as Inspetores/as do Trabalho as quais tiveram como entidades formadoras, para além do ACT, a CIG, PJ, SEF e a APF.

Por parte da GNR foi referido que realizaram-se acções de formação sobre indicadores de TSH, prevenção e encaminhamento de vítimas.

Assim, no âmbito da capacitação para intervenção sobre indicadores de TSH, em especial de menores explorados/as para fins de mendicidade forçada, pequenos furtos, exploração sexual, foram efectuadas 6 acções de formação.

Em relação a acções de formação sobre prevenção e encaminhamento de vítimas de TSH realizaram-se 6 acções.

Foram igualmente criados Módulos de formação sobre TSH nos cursos de acesso e de promoção na GNR.

Por parte da ONG Saúde em Português (Projeto Mercadoria Humana 3 - 3.17 POISE) foram efetuadas 8 acções de formação na Região Centro em que participaram

profissionais das CPCJ, tendo sido igualmente dinamizados 3 webinários sobre TSH direcionados a profissionais de diversas áreas.

Através da Unidade Anti Tráfico de Pessoas- UATP), o SEF formulou uma parceria com a ONG Saúde Em Português no âmbito do programa “*Mercadoria Humana 4*”. Trata-se de um projeto de sensibilização em Tráfico de Seres Humanos, que visa promover a prevenção/sensibilização/informação e responsabilização de diferentes públicos-alvo para este crime. Esta parceria prevê a intervenção do SEF na realização de ações de sensibilização (divulgação, cedência de espaços, apoio logístico), na divulgação de um Kit de Informação e Prevenção e no apoio na realização de uma campanha nacional de sensibilização sobre tráfico de seres humanos no desporto, nomeadamente na modalidade de futebol.

Por parte da EME Norte, foram realizadas duas ações de formação para profissionais de atendimento, recrutamento e seleção dos/as técnicos do IEFP (Porto e Matosinhos).

Em relação à formação envolvendo os Órgãos de Polícia Criminal (OPC), as EME’s efetuaram 9 ações de formação dirigidas à PSP e à GNR relacionadas com a prevenção e encaminhamento de vítimas de tráfico de seres humanos.

O desenvolvimento de ações de formação para profissionais das organizações da sociedade civil que atuam diretamente sobre o fenómeno do tráfico de seres humanos apresenta-se igualmente como relevante. Assim, nesta vertente, as EME’s efetuaram 10 ações de formação que envolveram técnicos/as de Câmaras Municipais, técnicos/as de intervenção social, da Cruz Vermelha Portuguesa, entre outros/as profissionais.

No total, e em relação às EME’s em termos de ações de Sensibilização/Formação ao público em geral (incluindo jovens, estudantes, populações vulneráveis, etc...) e Profissionais (onde se inserem OPC, Profissionais de Saúde/Educação/Intervenção Social), foram dinamizadas 140 iniciativas, envolvendo um universo de 4.936 pessoas.

No âmbito do POISE, Tipologia 3.15 – Formação de Públicos Estratégicos, importa referir que foram desenvolvidas 16 ações de formação, relativas ao referencial de 30 horas sobre tráfico de seres humanos.

Nestas ações participaram 181 mulheres e 51 homens, perfazendo um total de 232 pessoas que participaram nestas formações

As Redes Regionais de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos desempenham um papel importante na intervenção local, congregando diversas entidades das respetivas regiões. Uma das medidas que se encontra prevista no Plano está relacionada com o reforço das parcerias nessas redes. Assim, e no sentido de dar cumprimento a essa medida, a Rede Regional Centro efetuou ao longo de 2019, 18 parcerias e a Rede do Algarve consolidou a sua estrutura com mais duas parcerias.

No âmbito do Contrato Local de Segurança (CLS) de Serpa e em conjunto com a Equipa Multidisciplinar do Alentejo, o OTSH elaborou o Plano Formativo de 2019 para profissionais de primeira linha do Núcleo Operacional do CLS de Serpa "MAI Cidadão" para a sinalização de casos e para os procedimentos de intervenção em rede. Decorrente desse Plano Formativo, e em conjunto com a Equipa Multidisciplinar do Alentejo, o OTSH dinamizou uma Ação de formação (6 horas) para profissionais de 1ª Linha.

A elaboração de orientações e protocolos de atuação relativos à intervenção junto de crianças surge neste Plano como uma das grandes prioridades. Assim, no que diz respeito ao Protocolo para a definição de procedimento de atuação destinado à prevenção, deteção e proteção das crianças vítimas de TSH, foram realizadas duas reuniões com o Grupo de Trabalho intersectorial. Este grupo contempla as seguintes entidades: MAI; GNR; PSP; SEF; OTSH | MPMA/CIG | MJ/PJ | Comissão Nacional de Promoção das Crianças e Jovens | PGR/Gabinete da Família, da Criança e do Jovem | Akto – Direitos Humanos e Democracia /Centro de Acolhimento e Proteção para menores vítimas de tráfico de seres humanos | Direção-Geral de Saúde – Ministério da Saúde.

Nesta fase existe já um primeiro *draft* do Protocolo/Sistema de Referência. A ultimateção deste protocolo, com o envolvimento ativo de todos os parceiros enumerados anteriormente, transita para 2020.

No que diz respeito à elaboração de um Protocolo de colaboração entre a DGS e o SEF, para implementação de um mecanismo de sinalização e acompanhamento de crianças identificadas no SNS, no âmbito do PNSIJ e da ASCJR”, a UATP reuniu com representantes da Direção Geral de Saúde no sentido de traçar as linhas gerais para futura elaboração de um protocolo a celebrar com o SEF tendo em conta o “*superior interesse da criança*” e que permita uma troca de informação célere e eficaz sobre casos pontuais que envolvam menores de nacionalidade estrangeira;

Embora não planeada nas actividades ao longo de 2019, e em resposta a solicitações, o OTSH entregou 200 Cartões de Sinalização à ONG Saúde em Português/Projeto “Mercadoria Humana”, 200 à EME Algarve, 1.000 à EME Lisboa e 200 à Representação do Porto de Médicos do Mundo (Total: 1.600 exemplares).

O tráfico de seres humanos tem um profundo recorte transnacional, daí decorre que a articulação com outros países e a colaboração de Portugal no âmbito de mecanismos de acompanhamento de acordos internacionais em matéria de TSH assumem-se como vertentes sempre presentes.

No que diz respeito a atividades desenvolvidas por parte do Relator Nacional e do OTSH, são de destacar as seguintes participações:

- Nas reuniões do grupo de relatores/as nacionais da Comissão Europeia e sob os auspícios da Presidência Romena, estiveram presente na reunião ocorrida entre os dias 13 e 14 de maio, assim como no âmbito da Presidência Finlandesa na reunião ocorrida entre os dias 04 e 05 de dezembro.
- Em outubro, o Relator Nacional em conjunto com o OTSH, esteve presente na Reunião dos Coordenadores e Relatores Nacionais para o Tráfico de Seres Humanos co organizada pela OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa) e pelo Conselho da Europa (Bratislava – Eslováquia). Entre várias sessões, debateu-se o tráfico de menores, a redução da procura,



COMISSÃO PARA A CIDADANIA
E A IGUALDADE DE GÉNERO
Presidência do Conselho de Ministros

o trabalho desenvolvido pela *Inter-Agency Coordination Group against Trafficking in Persons* (ICAT), o papel da sociedade civil, entre outras.

Em relação à cooperação no âmbito da CPLP, importa referir que o OTSH, em articulação com o Escritório das Nações Unidas para a Droga e Crime/Seção *Trafficking in Persons - Smuggling of Migrants Unit Law Enforcement* do Gabinete Regional para a África Ocidental e Central (Senegal), remeteu inúmero material para apoio a Ação de Formação em Tráfico de Seres Humanos na Guiné-Bissau.

Por parte da DGPJ houve colaboração no Grupo de Trabalho interministerial criado com vista à preparação de medidas legislativas e outras que se revelem necessárias para a implementação das disposições da Convenção do Conselho da Europa contra o Tráfico de Órgãos Humanos, sob coordenação do Gabinete da Senhora Ministra da Justiça, e cujos trabalhos estiveram na origem da lei n.º 102/2019, de 6 de setembro, que acolhe as disposições da Convenção do Conselho da Europa contra o Tráfico de Órgãos Humanos, alterando o Código Penal e o Código de Processo Penal;

No âmbito de Cursos CEPOL 05/2019, a PJ participou em duas sessões, a saber "*Trafficking in human beings - multidisciplinary approach*" e "*Financial Investigation linked to trafficking of human beings*". Estas participações ocorreram na Polónia e na Holanda respetivamente.

A PJ desenvolveu uma ação de formação de 6 horas sobre TSH a investigadores da PJ de Timor-Leste e foi igualmente dinamizada uma formação a uma turma de magistrados angolanos em Luanda.

Por indicação da Secretaria Geral do MAI, 2 elementos da UATP ministraram 15 dias de formação às forças e serviços de segurança Moçambicanas. A referida formação versava sobre Investigação criminal no âmbito do combate ao TSH e decorreu em Maputo, de 4 a 15 de Novembro de 2019.

A convite da UNODC (Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime) um elemento da UATP participou numa ação de formação na Guiné Bissau subordinada



ao tema *“Melhorar a resposta da justiça criminal ao tráfico de pessoas e fortalecer a proteção das vítimas na Guiné-Bissau”*. O objetivo da mesma centrou-se na consolidação de capacidades para detetar este tipo de crime fornecendo um treino prático a Órgãos de Polícia Criminal, Magistrados do MP, Juizes e outros atores de instituições de relevo da Guiné-Bissau;

A convite do Programa EL PAcCTO (Programa Europa Latino América - Programa de Assistência Contra o Crime Organizado) um elemento da UATP participou na criação e início de funcionamento de uma *“Equipa Multidisciplinar Especializada para la Investigacion de Delitos de Trata de Seres Humanos”* em La Paz, na Bolívia. A acção decorreu entre setembro e outubro.

No âmbito da FRONTEX – Agência Europeia de Fronteiras, a UATP encontra-se a colaborar no desenvolvimento da estrutura e conteúdos de um curso de formação (CCC Standing Corps composto por diversas vertentes, nomeadamente na área dos cross border crimes/anti-tráfico de pessoas, auxílio à imigração ilegal, entre outras) destinado primeiramente à formação de 700 elementos. A mesma será depois aplicada aos sucessivos grupos de formandos do futuro corpo europeu de guardas de fronteira. Durante o ano de 2019, um elemento desta Unidade participou nos meses de Setembro, Novembro e Dezembro, em reuniões de trabalho visando a definição estrutural e conceptual do curso, a produção de conteúdos (textos e base legal, apresentações power point exercícios práticos, selecção e criação de materiais de estudo e consulta) e também na elaboração de um banco de perguntas e respectivas respostas com a necessária sustentação legal que será futuramente utilizado nas provas de exame aos formandos nas áreas acima referidas. O projecto continuará durante o corrente ano;

Houve igualmente a participação de um Inspetor Chefe na Conferência realizada em Haia, no mês de março de 2019, sobre o tema *“Trafficking in human beings - Labour exploitation”*;

No âmbito da Rede Europeia das Migrações, via Ponto Focal Nacional (SEF), foram inúmeros os contributos nacionais para a Rede Europeia das Migrações via Ponto Focal Nacional (SEF), ao longo de 2019:

- ARM 2018 - EMN Annual Report on Migration and Asylum - The National Report (Part 1) (fevereiro).
- 26º Boletim – período de reporte: janeiro a março (abril);
- Boletim REM - 2º trimestre 2019 (junho);
- Boletim REM - 3º trimestre 2019 (setembro);
- “REM Query - vítimas de Tráfico de Seres Humanos” (outubro);
- “REM Query - 2019 Access of victims of trafficking to their rights” (outubro).

Foi elaborado, com a coordenação da CIG, o contributo nacional sobre TSH em Portugal e que é submetido ao abrigo do artigo 20.º da Diretiva n.º 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril, relativa à prevenção e luta contra o TSH e à proteção das vítimas.

A CIG coordenou igualmente as respostas no âmbito do relatório que anualmente é elaborado pelo Departamento de Estado USA – TIP Report.

No âmbito dos 48 indicadores do objetivo estratégico 2 com metas para 2019, foram executados 24 dos indicadores e 3 não tiveram execução. Os restantes indicadores ou estão em desenvolvimento ou não existem dados.

3. Reforçar a luta contra as redes de crime organizado, nomeadamente desmantelar o modelo de negócio e desmontar a cadeia de tráfico

OE-3.1

A PJ estabeleceu procedimentos claros com o Instituto de Apoio à Criança (IAC), tendo em vista a comunicação imediata do desaparecimento de qualquer criança aos Piquetes da PJ e/ou às Brigadas que investigam desaparecimentos.



COMISSÃO PARA A CIDADANIA
E A IGUALDADE DE GÉNERO

Presidência do Conselho de Ministros

O SEF referiu que tendo em vista o aumento das ações de fiscalização, com carácter preventivo articuladas entre as forças e serviços de segurança, ao longo de 2019 foram realizadas as seguintes ações de fiscalização em locais conotados com a eventual exploração de vítimas de tráfico de seres humanos:

ACTIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO	Estabelecimentos Hoteleiros	Estaleros	Atividade Agrícola	Terminais de Transportes	Estabelecimentos de restauração	Estabelecimentos de diversão noturna	Via Pública	Controlos Móveis	Diligências solicitadas pela área documental	Respostas INFOGEST	Outras	SOMA
	TOTAL GERAL	275	94	126	451	571	101	148	426	1.448	15.157	1.396
AUTÓNOMAS	263	61	84	360	415	41	100	32	1.445	19	881	3.721
CONJUNTAS	12	33	42	71	156	60	48	394	3	15.138	515	16.472

Deste elevado número de ações de fiscalização, obviamente que nem todas tiveram como objetivo primeiro o combate específico e exclusivo ao Tráfico de Pessoas. No entanto o carácter preventivo nesta matéria está patente em todas elas;

Mantém-se em funcionamento, por parte do SEF, a articulação com o PF001 - Aeroporto de Lisboa relativa a situações que envolvam menores estrangeiros detetados à entrada em Território Nacional, desacompanhados ou não acompanhados por quem sobre eles prove deter o poder paternal ou tutela jurídica

Continua em desenvolvimento o processo para a criação de uma equipa especializada a nível nacional, que funcionará nos mesmos moldes sob coordenação da DCINV, integrando elementos desta Direção Central, da Direção de Fronteiras de Lisboa e das Direções Regionais do Algarve, Centro e Norte.



COMISSÃO PARA A CIDADANIA
E A IGUALDADE DE GÉNERO
Presidência do Conselho de Ministros

Durante o mês de julho de 2019, a UATP acordou com o DIAP de Évora uma estratégia de investigação com procedimentos comuns relativos ao crime de Tráfico de Pessoas para fins de exploração laboral.

Foram diversas as reuniões em que a PJ participou ao nível europeu, sendo de destacar:

- Reunião no âmbito da Ação Operacional 3.3 (Portugal é líder da Ação) – *“Desenvolvimento de uma campanha de prevenção multicanal para todos os EM e parceiros para sensibilização sobre TSH”*, realizada em Bruxelas (sede da EUCPN);
- Reunião de Peritos em TSH, versando a Fraude Documental - EMPACT Expert Meeting THB Document Fraud 5.1, realizada em Madrid.
- Participação numa Reunião EMPACT THB – Mid-year plenary meeting (Drivers e action leaders), realizada na EUROPOL, Holanda, envolvendo Driver e Líderes de Ação
- Participação de um perito na *“Interpol human trafficking Expert Group Regional European Meeting”*, que ocorreu na Sérvia.

Regista-se igualmente a participação de Investigadores Criminais nos seguintes eventos:

- *“Training Course on Traffic of Human Beings and Migrant Smuggling”*, que decorreu em Itália.
- *“Financial Investigations in connection with THB and migrant smuggling”*, realizado em Junho, no Montenegro;
- *“Internacional Conference - Trafficking of non-EU Children - Learn to act”* - na Europol;
- *“Interpol Private Sector workshop on THB and PS”*, realizado em França.

EMPACT é o acrónimo da expressão European Multidisciplinary Platform against Criminal Threats. Mais concretamente, o EMPACT é uma plataforma de colaboração entre OPC's da EU, no que respeita à colaboração operacional no combate à

criminalidade organizada com vista à efetiva coordenação e colaboração entre as forças policiais dos EM's.

O SEF e a Polícia Judiciária assumem a representação nacional no EMPACT THB participando ativamente no projeto e contribuindo decisivamente para o intensificar da presença Portuguesa neste fórum no âmbito do *Operational Action Plan (OAP)* para 2019.

Nos objetivos estratégicos definidos na área do combate ao tráfico de pessoas - SG 2 do *EMPACT THB da EUROPOL* – concentram-se várias atividades operacionais, nas quais o SEF participou em nome de Portugal e sob a coordenação da UATP:

- ✓ *JAD Labour Exploitation* - relacionada com a exploração laboral;
- ✓ *JAD Child Trafficking* – relacionada com o tráfico de menores;
- ✓ *LSJAD Sexual Exploitation/forced criminality/forced begging*.

Assim, no que toca ao **JAD – Exploração laboral**, as atividades operacionais decorreram de 8 a 14 de Abril de 2019 em todo o Território Nacional, tendo todas as Direções Regionais deste SEF (através dos respetivos DRFIs) e em conjunto com a *ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho* efetuado e adequado ações operacionais visando inúmeras situações documentais e laborais de cidadãos estrangeiros em território nacional – com enfoque na comunidade chinesa - por forma a detetar eventuais situações de tráfico de seres humanos para efeitos de exploração laboral.

Relativamente ao *JAD Child Trafficking*, o mesmo decorreu entre os dias 17 a 23 de junho de 2019, e contou mais uma vez com a participação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em representação de Portugal. Foram detidos em toda a Europa 70 indivíduos suspeitos da prática do crime de tráfico de menores. A UATP em articulação com diversas unidades orgânicas recolheu, tratou e remeteu à *EUROPOL* todos os dados nacionais apurados durante o período da atividade operacional.

Pela primeira vez foram levados a cabo controlos móveis no decurso de um *Joint Action Day*, efetuados pelos elementos destacados nos CCPAs e em conjunto com outros OPC's, nomeadamente a Guarda Nacional Republicana. Visaram estes

controles detetar e sinalizar crianças, eventuais vítimas de tráfico, referenciadas em movimentos secundários de fronteira.

Em setembro de 2019 e também no âmbito do Operational Action Plan (OAP) 2019 do EMPACT THB, ocorreu pela primeira vez um JAD Labour Exploitation in the Agricultural Sector (OA 2.5), com o objetivo específico do combate à exploração laboral agrícola.

Mais uma vez, o SEF participou nesta ação operacional europeia em representação de Portugal, desta feita combinando operações de fiscalização no sector agrícola, que decorreram durante o referido período em todo o país. O conjunto dos resultados a nível europeu permitiu a deteção de mais de três centenas de vítimas:

De 16 a 25 de setembro de 2019, efetuaram-se ações operacionais a nível europeu no âmbito do Large Scale Joint Action Day (LSJAD) da EUROPOL - OA 2.4 do EMPACT THB;

De acordo com os objetivos estabelecidos pelos Action Leaders desta ação operacional (Áustria e Alemanha) o SEF desenvolveu ações de combate ao tráfico de pessoas em várias vertentes, nomeadamente a exploração sexual, criminalidade e mendicidade forçadas;

Uma vez mais a UATP coordenou, coligiu e reportou à EUROPOL os dados apurados em território nacional, para efeitos de recolha de *intelligence* e *cross check*.

No âmbito do projeto EMPACT THB, a UATP participou em diversas reuniões para planeamento de ações operacionais.

Ainda no âmbito da colaboração/troca de informação com os Estados Membros via EUROPOL, a UATP deu resposta a 72 pedidos de informação veiculados via SIENA – *Secure Information Exchange Network Application*.

No âmbito dos 15 indicadores do objetivo estratégico 3 com metas para 2019, foram executados 4 dos indicadores e 2 não tiveram execução. Os restantes indicadores ou estão em desenvolvimento ou não existem dados.

Conclusão

Em termos de execução do Plano, e no sentido de o aferir aproximadamente, optou-se por analisar os respetivos indicadores de produto e não as medidas. Isto porque estas últimas congregam, inúmeras vezes, mais do que um indicador de produto (como exemplo, pode-se referir a primeira medida " *monitorização e elaboração de material informativo*", a qual tem 16 indicadores de produto). Não estando todos os indicadores executados, seria difícil proceder a uma avaliação da sua execução. Por conseguinte optou-se pela análise de indicadores de produto por forma a ter uma avaliação mais objetiva.

Assim, num universo total de 116 indicadores de produto, pode-se referir que 39 foram executados (33,6%) e 36 estão em desenvolvimento (31%). Por conseguinte, em termos de indicadores de produto já executados e em desenvolvimento temos cerca de 65% do Plano.

7 medidas não foram executadas (6%) e 34 medidas estão assinaladas em como não existem dados/sem informação ou são indicadores que estão calendarizados para serem executados só em 2020 ou 2021 (29%).

No que diz respeito apenas ao ano de 2019, pode-se referir o seguinte:

Objetivo Estratégico	Executadas	Em execução	Não executadas	Total	Taxa execução²
1	10	12	2	24	91,6%
2	24	16	3	43	93%
3	4	7	2	13	84,6%

² Importa igualmente referir que algumas dos indicadores de produto não tiveram expressão neste gráfico uma vez que não foi obtida resposta por parte das entidades responsáveis pelos mesmos. Esta percentagem só reflete os indicadores de produto com informação obtida.